

## **SESSÃO ESPECIAL II**

### **PROGRAMA DE RENDA MÍNIMA**

#### **COMPOSIÇÃO DA MESA**

**Presidente:**

**Mário Silveira**, secretário de Planejamento do Estado da Paraíba.

**Expositor:**

**Antônio Maria da Silveira**, presidente da ANPEC.

**Debatedor:**

**Emílio Recamonde Capelo**, professor do Curso de Ciências Atuariais, da Faculdade de Economia, Administração e Ciências Contábeis da UFC e ex-funcionário do BNB.

## **Mário Silveira**

Vamos dar início ao painel Programa de Renda Mínima. Com a palavra o Dr. Antônio Maria.

## **Antônio Maria**

Talvez a melhor forma de começar a falar sobre o Renda Mínima seja fazendo um breve histórico da diferença entre a primeira vez que tratei desse assunto e agora. Comecei a defender esse programa em 1971, quando voltei dos Estados Unidos, durante o governo Médici. Eu era professor do ITA e tinha feito minha tese em economia monetária - demanda de moeda monetarista - e, como professor do ITA e monetarista, era muito difícil que, mesmo no governo Médici, eu fosse enquadrado numa categoria de subversivo.

Em 1974, passei para a Fundação Getúlio Vargas. A situação era mais ou menos idêntica, e continuei a defender o Renda Mínima sem ser molestado, pelo menos diretamente. Em 75, escrevi o primeiro trabalho, publicado na Revista Brasileira de Economia. Foi aí que travei contato com o Eduardo Suplicy, que eu já conhecia, e que foi o único colega, na época, a me apoiar ostensivamente. Procurou, então, abrir oportunidades, como uma entrevista na revista Visão, e daí passamos a fazer uma dobradinha pelo Renda Mínima.

Quando ele se elegeu senador, decidiu apresentar o projeto. Depois de contatos pelo telefone, fui para Brasília e fiquei quatro meses no Senado, desta vez trabalhando, acertando o projeto com o relator - que era o senador Maurício Correia, que depois se tornou ministro da Justiça e hoje é do Supremo Tribunal Federal - e fazendo um corpo a corpo junto aos senadores. Nós conseguimos aprovar o projeto em dezembro de 91, no Senado. Acho que foi uma façanha. Agora o projeto está na Comissão de Finanças da Câmara, o relator é o deputado Germano Rigotto, e fizeram algumas modificações.

Na época, poucos colegas conheciam o Renda Mínima e ele estava muito associado ao nome do Friedman, que, creio, teve o crédito de torná-lo mais conhecido. Mas já tinha sido, inclusive, implantado no século passado, e vários grandes economistas e até filósofos defendiam o Renda Mínima.

A partir do ano passado, o Programa teve uma evolução importante no Brasil. Três prefeituras já adotaram um plano municipal, começando por Campinas; alguns estados têm projeto, inclusive o Distrito Federal; Pernam-

buco tem um projeto aprovado, esperando a sanção do governador; há quatro cidades com projetos na mesma situação; há, ainda, o caso interessante de uma cidade com projeto aprovado, mas o prefeito entrou na justiça, afirmando que se trata de uma medida do Executivo e se encontra *sub-judice*. Ao todo, são 48 cidades. Acredito que o processo é irreversível.

O porquê do Renda Mínima talvez seja o primeiro tema a ser tratado. A resposta, pelo menos para mim, é: um direito do ser humano; proporcionar o direito de sobrevivência; uma questão ou uma resposta em termos éticos. Eu dei essa interpretação naquele artigo de 75 e ainda não tinha fundamentação filosófica. Hoje, ela é muito clara para mim. Nenhuma ciência econômica ou teoria econômica ditam o que deve ser feito. São os valores que determinam o que deve ser feito. Então, é direito do ser humano.

Alguns não aceitam essa resposta. Então, por que? Podemos refletir um pouquinho nessa linha. Vamos tomar uma situação de recessão e observar o que ocorre com aquelas pessoas que estavam na faixa do salário mínimo: pobreza, mas não extrema pobreza; pouca poupança, pouco crédito. Então, numa recessão, vários perdem emprego. Procuram, continuam procurando emprego; com o tempo, perdem crédito; caem na inanição, doença, morte. Isso é o que acontece com a maioria das pessoas nessa faixa, quando estamos num processo recessivo.

Há um segundo grupo que reage. Reage tentando mudar a sociedade, pacificamente ou violentamente. Pacificamente, nós vamos ter tentativas de reestruturação da sociedade. No melhor dos casos, vamos ter, se me permitem, xiitas do PT. No pior dos casos, os que reagem violentamente: guerrilha. Já tivemos no País também.

Um terceiro grupo reage, procurando se transformar; não transformar a sociedade, mas transformar-se. Então, numa primeira linha, a transformação é tornarem-se criminosos, procurar ocupar o lugar do rico, uma imitação do rico. Numa segunda linha, eles se vendem. Então, nós temos a escravidão.

Então, voltando ao nosso caso, ao da pessoa que cai na pobreza, a última alternativa é a escravidão. Nós temos relatos do Ministério do Trabalho: 20.000 na escravidão. Eu acredito que esse é o dado oficial. Sobre semi-escravidão não temos dados. Prostituição, turismo sexual, nós temos centenas de milhares. Vamos continuar com isso em nossa sociedade? Acredito que ninguém desejaria ou se disporia a manter isso.

Fica difícil entender por que um programa de renda mínima ou um programa de erradicação efetiva da miséria ainda não foi implantado no Brasil e ainda está em implantação na maioria dos países. Observem que o primeiro grupo, o dos que caem na inanição, na doença e na morte, sobrecarrega o orçamento do Ministério da Saúde e das Secretarias de Saúde. Então, nós temos a alternativa: gastarmos mais dinheiro com a falta de saúde, ou gastarmos prevenindo doenças, mantendo a saúde. Com os grupos daqueles que reagem violentamente, de uma forma ou de outra, nós temos os gastos com o policiamento, ou gastos militares. E isso, também, o Renda Mínima evita.

Então, nós passamos a falar em dimensões mais próximas do economista que quer ver números. O custo de oportunidade ou ganho de oportunidade de um programa de renda mínima é evitar esses gastos todos.

Uma outra forma de decidir a favor é saber como se processa o Renda Mínima. Temos o programa de Campinas e o programa federal do senador Sulpicy. No programa de Campinas, todas as famílias com renda *per capita* menor do que 34 reais têm uma complementação de renda para atingir esse nível de 34 ou 35 reais.

O programa é muito bem desenhado, executado por uma dobradinha de técnicas: uma psicóloga e uma assistente social. Foi a primeira vez que eu admirei o trabalho de uma assistente social, pois, creio, tenho o preconceito do economista contra essa classe. Mas eu observei todos os detalhes. Essa dupla técnica seleciona e acompanha as famílias. Cada dupla tem 225 famílias a seu cuidado. São 15 grupos de 15 famílias. Com cada grupo, há uma reunião mensal de acompanhamento. É nessa ocasião, depois da reunião, que as famílias recebem o cheque. O trabalho de banco é feito gratuitamente pelo Banco do Brasil e pela Caixa Econômica.

As reuniões com as famílias são bem interessantes. Eu assisti a duas. Primeiro, as técnicas pediram licença para que eu participasse, explicando qual era a minha posição. As famílias permitiram - eu estou continuando com a expressão família, mas de fato eu devia falar as mulheres, porque elas constituem a grande maioria do grupo, sendo 45% mulheres abandonadas e apenas 0,07% homens abandonados. Na reunião, primeiro, houve uma parte informativa, depois a discussão dos problemas. Algumas vezes uma delas coloca um problema, como se fosse possível as técnicas ou a prefeitura resolvê-lo. As técnicas devolvem o problema para o grupo e passam a discutí-lo para tentar encontrar uma solução. Houve, também, uma parte de testemunho

sobre o que estava acontecendo com cada uma. Finalmente, me deram a palavra.

Eu fiz algumas perguntas. Primeira: se houvesse um programa de renda mínima na cidade de onde vieram - metade delas tinha vindo de outras cidades - elas viriam para Campinas? Sete ou oito responderam não. Segunda: se fosse implantado o Renda Mínima, agora, na cidade de origem, vocês voltariam? Apenas uma voltaria. A terceira gerou muita confusão: disse para elas que toda vez que eu falava sobre o Renda Mínima, sempre alguém me perguntava, ou afirmava na pergunta, que não tinha sentido dar dinheiro para essas mulheres, que elas iam ter mais filho e ficar mais pobres ainda. Vocês podem imaginar a reação! E de fato a sala estava cheia de meninos, em volta da roda. Finalmente uma delas conseguiu se sobressair do grupo e me afirmou o seguinte: "eu tenho 28 anos, tenho sete filhos, já tentei todas as formas de controle e em cada uma delas eu tive um filho". A que estava do meu lado, me cutucou e falou: "com o DIU funcionou para mim; eu só tenho quatro". Notem que o governo vetou projeto de lei aprovado no Senado que possibilitaria ao Sistema Único de Saúde realizar a esterilização em mulheres ou homens de mais de 25 anos e com dois filhos, projeto que considero bem modesto.

O programa de Campinas é interessante e muito bom a nível municipal. O controle é muito bem feito por essas técnicas. Elas não dirigem os gastos familiares mas discutem esses gastos com o grupo. Há muita possibilidade de se trabalhar nessa linha. Aliás, há projeto de lei em Fortaleza e também no estado do Ceará.

Vimos o porquê da redistribuição, agora vamos ao como. No como, nós precisamos passar a nível federal. No projeto Suplicy, a forma é o imposto de renda negativo. O esquema do imposto de renda que é utilizado para a renda mínima. Todos aqueles que recebem menos de 240 reais por mês têm uma complementação, na fonte, igual a 30% da diferença entre 240 e o quanto recebem. Se a pessoa não está no mercado formal, ela declara o seu nível de renda, apenas um valor, e recebe o cheque através do mecanismo de devolução do imposto de renda.

No projeto aprovado no Senado, o processo de implantação começava pelos mais velhos: primeiro ano, acima de 65 anos; segundo, acima de 60; terceiro, acima de 55 e chegamos até acima de 25 anos, levando oito anos para implantar o projeto. No projeto que está na Câmara agora, que parece que o Germano Rigotto vai apresentar, foi feito um acordo entre ele e o Su-

plicy - mudou-se esse critério de abrangência gradualista pela idade. Agora é por região, começando pelos dois estados mais pobres do Nordeste, no primeiro ano; os outros estados do Nordeste, no segundo ano; dois estados mais pobres do Norte, no terceiro; os outros estados do Norte, no quarto; chegando até aos estados mais ricos. Esse é o formato que está na Câmara, no momento.

Quanto redistribuir seria a pergunta mais relevante, a seguir. E muito relevante porque, de fato, podemos acabar redistribuindo a miséria. Ao adotar uma abordagem gradualista, nós escapamos dessa possibilidade. A hora de começar é agora. Começamos aos poucos: cinco, dez, vinte anos. Mas começamos um processo efetivo de erradicar a miséria. É essa a idéia.

O problema de tratamento de choque, no caso, seria muito pior, pois resultaria em inflação. Não haveria tempo para a oferta responder a esse estímulo de demanda. Estamos falando em termos de 30 a 40 milhões de pessoas, na situação de hoje. À medida que nós implantarmos o projeto, o número de pessoas qualificáveis diminui, e aí nós teremos 20, 30 milhões abrangidos pelo projeto. Então, com a abordagem gradualista, nós evitamos, de um lado, o problema de inflação, e, de outro, reações decorrentes do fenômeno das aspirações crescentes do ser humano, que eu chamo lei do progresso. Nós estamos insatisfeitos com o que temos, não importando o quanto temos. É muito fácil verificar isso para quem está na academia. Essa lei - aspirações crescentes - funciona como nunca, particularmente na pós-graduação. Quanto mais estudamos, mais percebemos quanto temos que estudar mais. Não há limite nisso.

O problema das aspirações é que elas dependem dos grupos de referências que temos, da passagem do tempo e da realização passada. Elas são crescentes com a passagem do tempo, com a realização de colegas de turma, de conterrâneos, de colegas de trabalho. Logo, se nós estabelecemos um sistema redistributivo, redistributivo de fato, que tira poder aquisitivo de uma maneira muito abrupta - reduzindo dos mais ricos - haverá reação violenta. Então, vamos fazer um tratamento gradualista.

A mesma regra funciona do lado do pobre. Observem as aspirações crescentes. É possível que durante os primeiros meses haja redução do trabalho, um efeito "novo rico", se me permitem: recebendo dinheiro, não vão trabalhar. Um comportamento imprevisível, meio errático da pessoa que nada recebia e passa a receber 30% de 240 reais. Em dois ou três meses isso já está resolvido. O grupo de acompanhamento do programa é importante nessa hora. Do lado do pobre, com algum tempo, questão de meses, o *quantum* que

eles recebem vai ser insuficiente. E aí eles vão procurar receber mais. Nessa aspiração crescente, então, nós temos o estímulo para o trabalho.

Agora, mudando a natureza da situação de uma maneira bem marcante. A Sônia DRAIBE, do Instituto de Políticas Públicas de Campinas, fez um acompanhamento do primeiro ano de funcionamento do programa lá. Os gastos em alimentação têm um maior peso em todos os meses. Nos primeiros meses, vestuário e calçados têm uma participação maior, que cai nos meses seguintes. Na parte de entrevistas que se seguiu a essa coleta de estatísticas, confirmou-se o fato que era perfeitamente previsível: depois do alimento, era preciso ter roupa e calçado para procurar emprego e para ir para a escola.

A mudança qualitativa é essa: o Renda Mínima dá o mínimo para que a pessoa possa procurar emprego. Garante o indivíduo, o trabalhador, o que leva ao aumento da procura de emprego. Esse efeito é claro; está constatado nos dados e podia ser previsível, teoricamente, pela teoria econômica. Agora, há efeitos psicológicos também importantes. Se a barreira é muito grande, em qualquer coisa que vamos fazer, a nossa reação é nos retrairmos. E o desafio para quem está na zona da miséria é grande demais e muitos se retraem. Esse efeito é muito mais importante. É uma garantia de cidadania.

Quanto redistribuir, em números, no nosso caso? De 3 a 4% do PIB. Já temos teses de mestrado sobre o assunto e devemos ter outras em breve, aqui em Fortaleza e em outros centros do País. Um assessor do Suplicy fez uma tese em São Paulo, usando um modelo desenvolvido por um colega do CE-DEPLAR. O cálculo a que ele chegou é que o custo é da ordem dos 3 a 4%. Essa ordem de grandeza nos foi dada em 91, pelo Ministério da Fazenda, e nós a adotamos. E mais: durante o debate do projeto no plenário, um senador do Norte apresentou uma emenda estabelecendo um limite de gastos no programa de 3,5% do PIB. Então, fechou. Em Campinas, o limite é 1% do orçamento municipal. A idéia é atingir as 3.000 famílias mais pobres. Eles estão chegando já perto. Em dezembro, já havia cerca de 2.000 famílias.

De quem redistribuir? Esta talvez seja a pergunta mais difícil. Quando eu apresentei a idéia pela primeira vez, eu queria usar o lucro monopólico na emissão de papel-moeda, que é um lucro fantástico. Esse lucro tem sido utilizado pelos banqueiros, através do Banco Central. Eu proponho que ele seja utilizado para o Renda Mínima. E, com isso, nós vamos ter um Banco Central muito mais independente. Um Banco Central independente não é um órgão independente apenas do Tesouro Nacional, não; ele tem que ser independente dos grandes empresários nacionais também, particularmente dos banqueiros.

Dando para o pobre, para o miserável, nós estamos dando para quem tem menos poder de pressão sobre o Banco Central. Essa é a primeira fonte de recursos, a minha preferida.

A segunda fonte de recursos é o imposto de herança e donativos. Esse imposto de herança, nos Estados Unidos, como no caso da ex-viúva do presidente Kennedy, chega a ter uma alíquota superior de 55%. Há várias maneiras de se contornar esse imposto, mesmo nos Estados Unidos. Mas é possível limitar essa evasão ou permitir uma evasão para donativos para a universidade. Mas eu creio que ficaria bonito utilizar esse imposto para o Renda Mínima. Temos nossa contribuição para a produção dependendo de herança, sorte, esforço, nessa ordem, em termos gerais. Ora, um pouco mais de igualdade de oportunidades seria ótimo para a nossa sociedade.

Eu seria favorável a uma alíquota de 100%. Mas, vamos ficar num nível modesto, como o nível americano: uma alíquota máxima, ali pelos 55 e 60%. A alíquota máxima, no Brasil, é 8%, mas passaram o imposto do âmbito federal para o nível estadual e as secretarias da Fazenda não têm meios de controlá-lo. Este tem que ser um imposto federal, é a Receita Federal que tem os dados. Se hoje está num nível desprezível, com alíquota efetiva de 2 ou 3%, podemos, gradualmente, aumentá-lo para o nível americano, ou mesmo ficar na metade dele, com tranquilidade.

A fonte que nós adotamos no projeto apresentado pelo Suplicy foi a de substituição de programas ineficientes que estão aí, que foram estabelecidos em nome do pobre, e que não chegam a ele. Temos uma série de programas que podem ser usados e o primeiro que nós listamos foi a LBA.

Recentemente, pensei em um que é bem polêmico, e que não está sendo colocado, nem há razão para colocá-lo agora: o Fundo de Participação de Estados e Municípios. Que tal ir passando, gradualmente, para o Renda Mínima 10%, 20%, e, ainda, impedir que se formem tantos municípios para ganhar o Fundo de Participação? Creio que o programa merece compartilhar dessa fonte de recursos. São cerca de 3 a 3,5% do PIB e, se fôssemos usar tudo, daria para financiar o programa. Entretanto isso exige uma mudança constitucional.

Só para terminar, falemos sobre os efeitos no mercado de trabalho. Colocamos, de um lado, a procura de emprego: o Renda Mínima dá acesso aos indivíduos ao mercado de trabalho. Do lado da oferta, o Renda Mínima permite que esse indivíduo passe a exercer o poder aquisitivo. Com a transferência conseguida, ele vai adquirir alimentos, calçados, vestuário - bens de



salário - que são bens que exigem, para sua produção, mão-de-obra não qualificada e pequenas empresas. Logo, nós podemos modificar o modelo; modificar o modelo brasileiro mesmo. Vamos usar recursos que existem, recursos reais que estão sendo perdidos na situação atual. Então o efeito no mercado de trabalho será positivo.

Dados empíricos a respeito: o programa de Campinas tem menos de um ano, mas nas pesquisas feitas em vários programas experimentais no mundo, particularmente nos Estados Unidos, só houve efeito negativo no mercado de trabalho para as famílias abandonadas. Justamente a mãe que reduziu sua participação no trabalho, trabalho fora de casa para se dedicar mais aos filhos. Esse é o menino fora da rua.

Vou parar aqui, para que o auditório tenha tempo de se pronunciar.

### **Mário Silveira**

Depois da brilhante exposição do professor Antônio Maria, passo a palavra ao debatedor, professor Emílio, que tem quinze minutos para proceder ao debate.

### **Emílio Recamonde**

Queria expressar inicialmente o meu regozijo por estar neste fórum de debates, diante de pessoas tão brilhantes como vejo aqui na platéia: Dr. Nilson Holanda, deputado Gonzaga Mota, professor Werner Bäer e outros mais que eu não vou nomear, para não ser injusto com os que eu esquecer. Mas a razão da minha presença aqui se deve ao fato de que eu labuto, já há alguns anos, com essa questão da seguridade social. Tenho me especializado, nesses tempos mais recentes, na questão da previdência complementar e, mais recentemente, criamos, na Universidade Federal do Ceará, um curso de Ciências Atuariais, que já está no seu quarto ano, que é um curso portanto intimamente ligado a essas questões da seguridade social.

Como sabem, a nossa Constituição, no seu capítulo Da Ordem Social, cuida desse tema, que se desdobra em três tópicos importantes: a previdência social, onde se inclui a previdência complementar; as questões de saúde e, por último, a assistência social. É nesse último item que se inclui o problema da

renda mínima, ferramenta da qual, a partir de agora, serei um cuidadoso estudioso.

Eu não poderia deixar de ser a favor de um programa de assistência aos carentes, que é exatamente a tarefa desse bloco da seguridade social. As inúmeras vantagens foram brilhantemente expostas pelo professor Antônio Maria e eu teria pouco a acrescentar com respeito às vantagens de um sistema de assistência social, sobretudo num país onde a distribuição de renda é dita como das mais injustas do planeta. Temos aí 30 milhões ou mais de pessoas carentes abaixo da linha de pobreza. Portanto, uma ação nesse sentido era de se esperar, era urgente, e deve ser tomada sob esta ou sob outras formas.

Como técnico do Banco do Nordeste, durante longos anos, sob orientação do meu mestre Nilson Holanda, eu gostaria de destacar uma vantagem que o professor Antônio Maria mencionou ao final da sua exposição, que seria a influência desse incremento de salário e consumo de bens sobre a produção desses mesmos bens.

Nós estamos assistindo hoje esse processo de globalização, de liberalização e me deixa assustado o clima que se observa no Brasil hoje, dessa competição às vezes predatória que nós sofremos a partir de produtores externos que fazem *dumping* e, mais do que *dumping*, fazem um processo de canibalização do comércio internacional.

Entendo eu que isso é necessário, que o empresário brasileiro deve estar exposto a uma pressão para sua modernização, mas entendo que ao Estado cabe a tarefa de graduar esse processo de modernização e exposição à competição, para que não se quebrem, para que não se leve à falência o parque produtivo brasileiro, que foi constituído a tão duras penas nas últimas décadas.

É o pequeno e médio empresário que me preocupa mais. E esse seria certamente o grupo muito favorecido pela criação do Renda Mínima porque, sendo essas atividades de baixo conteúdo tecnológico, seria mais acessível ao pequeno e micro empresário produzir bens e salários, alimentos, calçados, vestuário. Teria um efeito realimentador importante sobre o processo de produção econômica, produção do PIB e de absorção dos jovens que estão chegando ao mercado de trabalho, tanto na forma de empreendedores como na forma de empregados.

Mas eu queria falar um pouco sobre as dificuldades que vejo nesse sistema. Primeiro, os problemas de custeio. O professor Antônio Maria citou as

fontes de financiamento; parece-me que existe uma forma de custear esse sistema sem aumentar os impostos. A essa altura da vida nacional, entendo como absolutamente insuportáveis novos aumentos de impostos. Os chamados Custo Brasil, Custo Europa, Custo Asiático são chavões que estão no dia-a-dia da imprensa e não podemos pensar em aumentar o Custo Brasil, que já é muito alto e, ao contrário, deve ser diminuído.

Claro que nosso empresário não é culpado de não poder competir lá fora ou competir aqui dentro com os bens importados, porque ele está submetido a uma carga de tributação muito elevada e há juros que são absolutamente incompatíveis com qualquer realidade internacional. Mas imagino que a substituição de custeio, como falou o professor Antônio Maria, a partir de programas que estão mal administrados e que iriam progressivamente transferindo recursos para o Programa de Renda Mínima, como o seguro-desemprego, como os recursos da LBA, da FUNABEM e outros mais que ele mencionou, além de novos tributos que ele cria, poderão dar uma solução ao custeio desses 3,5% do PIB que estão previstos aqui no projeto aprovado no Senado.

Sem dúvida, aí reside uma das dificuldades do modelo, que, penso eu, é talvez uma das menores e que encontraria fácil solução. Tomar os Fundos de Participação dos Estados e dos Municípios e do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste encontraria certamente muita oposição: são cinco mil municípios e 26 estados e talvez aí houvesse uma boa dificuldade em obter recursos a partir dessas origens, uma vez que eles foram criados sob a égide da necessidade, da carência.

O segundo problema que eu vejo é de natureza administrativa: pagar pequenas quantias a milhões de pessoas não é tarefa fácil. Os bancos hoje se recusam a cobrar contas de luz, de telefone, de carnês de escola, de condomínio. Processar um papel num banco custa entre cinquenta centavos e um real. Essa é uma dificuldade realmente séria enfrentada por todos os órgãos que trabalham com pagamentos em massa. E esse não é o único custo; há o custo administrativo em si: cadastrar essas pessoas, dar a elas o crédito para receber esse benefício, auditar as fraudes - esse é um custo administrativo que, sem dúvida nenhuma, também é expressivo. E, ao lado dele, entendo que há um outro custo que o professor Antônio Maria não mencionou, ou talvez eu não tenha entendido suficientemente. É que, a par desse programa, é necessário que se crie um outro programa de treinamento, para que essas pessoas não se mantenham eternamente às custas do Estado, porque se não seria dar um prêmio a essas pessoas sem nenhuma contrapartida. Então, haverá que

se desenvolver um sistema de treinamento, de recuperação, de aprimoramento dessas pessoas, para que participem do mercado de trabalho da forma usual.

Isso me leva ao terceiro problema que nós temos constatado aí na literatura, na imprensa, que são os chamados vícios *welfare system*. Esse sistema em que o Estado é o pai, é a mãe dos carentes, vem sendo praticado sobretudo na Europa, nos países do norte da Europa e, em certa medida, em quase todos os países do mundo. Nos Estados Unidos também, que é um país rico, onde a mãe solteira tem uma renda, onde os carentes têm cartões para alimentação, onde há o seguro-desemprego.

Na Europa, isso é muito mais visível e está asfixiando os orçamentos nacionais, está criando enorme pressão sobre os orçamentos federais da França, da Inglaterra, da Suécia. E há um movimento, hoje, pendular de retorno a uma situação mais liberal e menos paternalista por parte do Estado.

Ao lado disso, há também o fenômeno que poderia rotular de vício do cidadão. O nosso Luiz Gonzaga já dizia isso numa modinha (uma esmola ou mata de vergonha ou vicia o cidadão). O cidadão fica viciado a viver, ainda que modestamente, num sistema que estaria vinculado ao apoio do Estado. Parece que não vale a pena ganhar o dobro no emprego, tendo que acordar de madrugada, levar a marmita, pegar o trem, trabalhar na fábrica o dia inteiro, voltar às 9 horas da noite, se ele pode, com a metade desse dinheiro, passar o dia no banco da esquina, no bar da esquina. Então, isso apenas nos leva à conclusão de que o programa é necessário, é indispensável, é urgente, mas nós temos que ter algumas cautelas e encontrar algumas soluções bem criativas para essas questões que, certamente, já foram mencionadas por outras pessoas.

A solução para o problema administrativo poderia estar nesse chamado cartão de débito, esse novo dinheirinho plástico que está surgindo aí. Talvez fosse um mecanismo que, apesar de muito recente e de muito recusado pela sociedade, porque o cartão de débito na verdade tira a oportunidade do *floating* que nós temos com o cheque e o cartão de crédito, talvez esse mecanismo fosse adequado para pequenas quantias. Mas não sei, precisava estudar tecnicamente qual é o custo.

Para o sistema de treinamento, eu não tenho sugestão a dar. Nós temos aí o SENAI, o SESI e uma série de instituições que cuidam de treinar as pessoas para o trabalho. Talvez o caminho fosse reforçar esses sistemas, ampliar sua ação.

Quanto ao vício do *welfare system*, teríamos que nos apoiar nas assistentes sociais, como bem enfatizou aqui o professor Antônio Maria. A minha esposa é assistente social e eu costumo brincar com ela, dizendo que assistente social é um profissional pago pelo Estado para ter pena dos pobres, sem grande condição de dar solução às questões. Mas isso, na verdade, é uma brincadeira. Eu dou importância muito grande ao trabalho delas e acredito que esse preconceito que nós mencionamos aqui não existe. Falta é um melhor conhecimento do trabalho e da contribuição que esses profissionais podem dar para o aprimoramento de nossa sociedade.

### **Mário Silveira**

Com a palavra o professor Antônio Maria, para responder aos questionamentos feitos pelo professor Emílio.

### **Antônio Maria**

A preocupação do professor Emílio com o lado administrativo é importantíssima. Há que se ter muito cuidado com inovações. Pequenos detalhes, pequenas falhas administrativas levam os opositores à tentativa de derrubar um programa e pode ser fatal. Essa idéia do cartão é excelente e está acompanhando a tecnologia, o desenvolvimento. É um cartãozinho, como nós temos agora para telefone. Poderia estar ali marcado o quanto a pessoa poderia receber no fim de cada mês, ao longo de meses.

O custo de inserção no mercado de trabalho é outra questão maior. A idéia de começar pelos mais velhos é interessante porque eles já estão fora do mercado de trabalho. Mas começar pelas regiões também é um critério excelente. Os programas de treinamento são muito importantes, a meu ver, numa fase um pouco posterior, para quem já está trabalhando ou perdeu o emprego. Caberia ao Ministério do Trabalho e a outras instituições cuidar desse lado. O renda mínima proporciona o seguro, mantém o indivíduo em condições de trabalhar. Mas cabe a ele procurar emprego, por si mesmo. E acredito que é bom lembrar - não sou muito de citar santos, mas cito Santo Atanásio: "não foi o alfabeto que criou a razão, mas simplesmente o oposto". Para o trabalhador na roça, o fato de ser analfabeto não importa tanto, se bem que nós vimos um prefeito analfabeto - infelizmente eu não tenho o nome dele, mas tenho essa referência - que recentemente ganhou um prêmio nacional, pela importância que dedica à educação. Muita coisa nesse País terá que passar a

ser feita pelos municípios. Eu acho isso muito saudável. A educação primária me parece tarefa básica dos municípios.

Na questão colocada pelo professor Emílio, se eu entendi bem, me parece que estão surgindo muitos municípios até estimulados por esse Fundo de Participação. Não vejo esse movimento como movimento positivo. Aumentam muito os gastos administrativos, aumenta muito a corrupção. E, como o próprio professor Emílio me informou, há muita corrupção nessa linha com recursos do Fundo de Participação nesses novos municípios que são criados. Eu gostaria de agradecer as críticas do professor Emílio, que colaboraram para a minha compreensão desse lado administrativo.

#### **Mário Silveira**

Agradecemos a brilhante participação do professor Antônio Maria e também a participação não menos brilhante do debatedor, professor Emílio. Estão encerrados os trabalhos dessa sessão.